



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024-PE**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2024**

Torna-se público que o(a) Secretaria de Agricultura e Pecuária, por meio do(a) Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão pública: 12 de junho de 2024**

**Horário da sessão pública: 13:30**

**Critério de julgamento: Menor Preço por Item**

**Modo de disputa: Aberto e fechado**

**Link:** [compras.m2atecnologia.com.br](https://compras.m2atecnologia.com.br)

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA EXECUÇÃO DE EVENTOS PARA O CIRCUITO DE VAQUEJADA A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

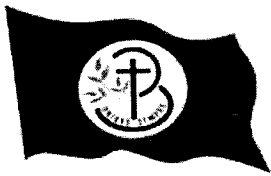
1.2. A licitação será subdivida em Item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos Item forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço por Item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com seus dados cadastrais regular junto ao provedor do sistema.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

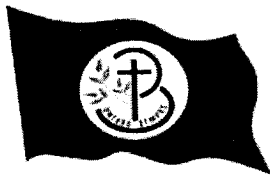
2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

*Handwritten signature*



2.7. O impedimento de que trata o item 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A vedação de que trata o item 2.7.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

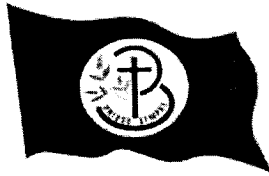
3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze), na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do art. 7º da Constituição Federal;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.



3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;**

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

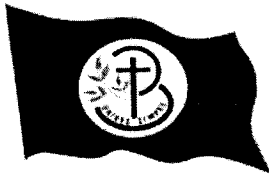
3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**



4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor ou desconto, conforme critério definido neste edital;

4.1.2. Marca, quando cabível;

4.1.3. Fabricante, quando cabível;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, **serão de exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de

*Assinado*



prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado por Menor Preço do Item

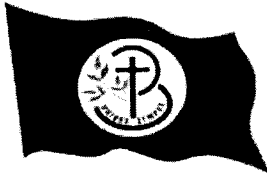
5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (zero reais e dez centavos)

5.10. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

*Assinado*



5.10.1. Não excluindo o item em tempo hábil, o licitante poderá enviar alerta ao pregoeiro para que o mesmo adote as providências cabíveis.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO E FECHADO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1.A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2.. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.2.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12.3.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12.6. Serão considerados intermediários os lances:

I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;

II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

*J. J. J. J.*



5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

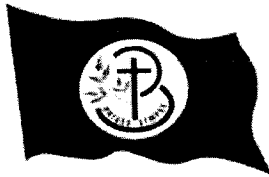
**5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.**

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

*José*





5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

*Handwritten signature*



5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 deste Edital, **especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros :**

- a. Sistema de Cadastramento de Fornecedores;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria - Geral da União, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>; e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

6.2. **A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física ou, em caso de pessoa jurídica, da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.**

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6 e 3.6 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto

*J. J. Sousa*



à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

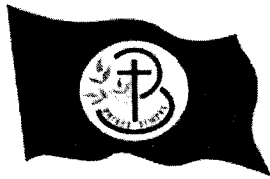
6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

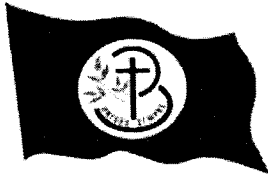
7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



7.9. A habilitação será verificada por meio do Registro Cadastral, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Registro Cadastral e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Registro Cadastral serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Registro Cadastral ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

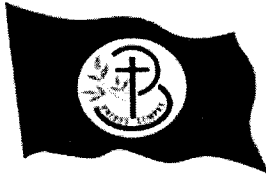
7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021), para:

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

**7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.**

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.18. Após o término do período destinado ao envio de documentação (habilitação ou proposta) especificado nos itens 7.11.1, a inclusão de novos documentos pode ser permitida apenas por meio de diligência, nos seguintes casos:

I) Para atualizar documentos cuja validade expirou após a data de recebimento das propostas;

II) Para submeter documentos declaratórios emitidos exclusivamente pelo licitante;

III) Para verificar as condições de habilitação ou de classificação do licitante, levando em conta fatos ou condições que já existiam antes da abertura da licitação.

7.19. A decisão de realizar diligências é tomada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, com base em fundamentos claros e após consulta aos setores administrativos relacionados ao objeto da licitação. Esta decisão não estabelece um direito subjetivo ao licitante para a inclusão de documentos após o prazo definido nos itens 7.11.1.

7.20. A submissão de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores, através de diligência, deve ser efetuada conforme descrito no item 7.11.1. Expirado o prazo sem o envio da nova documentação, a oportunidade de anexar novos documentos é encerrada de forma definitiva, resultando na inabilitação ou desclassificação do participante do processo licitatório.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em

*Handwritten signature*



campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

#### **8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [compras.m2atecnologia.com.br](http://compras.m2atecnologia.com.br).

### **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

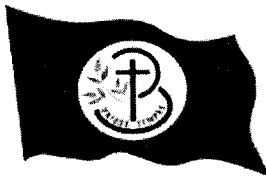
9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



9.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.





9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas dos itens 9.1.1 a 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas dos itens 9.1.4 a 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas dos itens 9.1.1 a 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas dos itens 9.1.4 a 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas dos itens 9.1.1 a 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [compras.m2atecnologia.com.br](http://compras.m2atecnologia.com.br).

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

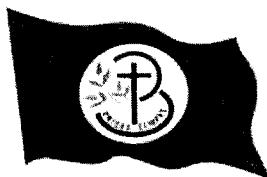
10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [compras.m2atecnologia.com.br](http://compras.m2atecnologia.com.br).

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

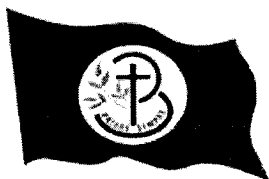
ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO I.1 - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

Pedra Branca/CE, 27 de maio de 2024

**REGINALDO SOUSA DA CRUZ**  
ORDENADOR(A) DE DESPESAS



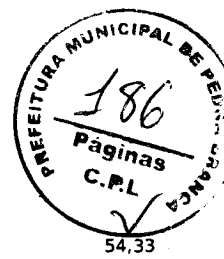
**MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXX/XXXX  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2024**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA EXECUÇÃO DE EVENTOS PARA O CIRCUITO DE VAQUEJADA A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	PREMIAÇÃO PARA 1º COLOCADO - CATEGORIA PROFISSIONAL	7.0	Unidade	2.175,00	15.225,00
O prêmio para o 1º colocado na categoria profissional será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). O participante deve estar inscrito na categoria profissional do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.					
2	PREMIAÇÃO PARA O 1º COLOCADO - CATEGORIA INICIANTE	7.0	Unidade	1.475,00	10.325,00
O prêmio para o 1º colocado na categoria iniciante será de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O participante deve estar inscrito na categoria profissional do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.					
3	PREMIAÇÃO PARA O CAMPEÃO GERAL DO CIRCUITO DE VAQUEJADA.	1.0	Unidade	14.583,33	14.583,33
O prêmio para o campeão do circuito III circuito de vaquejada será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O participante deve estar inscrito na categoria profissional do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.					
4	PREMIAÇÃO EXTRA PARA OS VAQUEIROS CATEGORIA PROFISSIONAL	1.0	Unidade	2.604,00	2.604,00
Premiação extra de R\$ 2.500,00 para os três (03) primeiros colocados com melhores pontuadores da categoria profissional. Resultado somatório na final dos circuitos.					
5	PREMIAÇÃO EXTRA PARA OS VAQUEIROS CATEGORIA INICIANTE	1.0	Unidade	1.350,00	1.350,00
Premiação extra de R\$ 1.000,00 para os três (03) primeiros colocados com melhores pontuação da categoria iniciante. Resultado somatório na final dos circuitos.					
6	PREMIAÇÃO PARA 2º 3º 4º E 5º COLOCADOS- CATEGORIA PROFISSIONAL.	7.0	Unidade	1.186,67	8.306,69
O prêmio para o 2º 3º 4º e 5º colocados na categoria profissional será de R\$ 800,00 (oitocentos reais). Os participantes deve estar inscritos na categoria profissional do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.					
7	PREMIAÇÃO PARA 2º 3º COLOCADOS- CATEGORIA INICIANTE.	7.0	Unidade	780,00	5.460,00
O prêmio para o 2º e 3º colocados na categoria iniciante será de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Os participantes deve estar inscritos na categoria iniciante do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.					
8	TROFEUS PARA PREMIAÇÃO DO III CIRCUITO DE VAQUEJADA	60.0	Unidade	395,67	23.740,20
Confecção de Troféus para premiação (Base em MDF com pintura preto brilho, etiqueta com os dados fornecidos no pedido em vinil padrão prata com impressão digital, coluna MDF com textura madeirado recortado à laser, metal inox recortado à laser, acrílico espelhado dourado recortado à laser, capacete ou kart em rpf com pintura ouro envelhecida, etiqueta em vinil com impressão digital. altura entre 25 a 30 centímetros, com 17 centímetros de largura.					
9	TAÇA PARA PREMIAÇÃO DOS CAMPEÕES DO III CIRCUITO DE VAQUEJADA	2.0	Unidade	808,33	1.616,66
Confecção de Taças para a premiação do campeão (Reservado campeão da final do I circuito Pedrabranquense de vaquejada. Troféu em base de mármore com corpo em forma de taça na cor ouro, com altura de 30 centímetros.					
13	CONFECÇÃO DE BONÉ ABA CURVA ABERTA.	60.0	Unidade	23,62	1.417,20
Confecção de boné tipo aba curva aberto de redinha trucker na cor preta com detalhes gráficos vinculado a vaquejada na cor branca.					
14	CONFECÇÃO DE CAMISAS PERSONALIZADAS	60.0	Unidade	44,67	2.680,20
Confecção de Camisetas personalizadas: Confeccionada em tecido PP, tamanho G, GG e XGGg para a comissão organizadora do III Circuito Pedrabranquense de Vaquejada, na cor branca com detalhes em cor preta.					

*Handwritten signature*



15	CONFEÇÃO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS GOLA POLO	25.0	Unidade	54,33	1.358,25
Confeção de Camisetas personalizadas gola Polo tamanho M, para as desLastes do III circuito Pedrabranquense de vaquejada, na cor preta com os detalhes na cor branca.					
16	SERVIÇO DE SOM VOLANTE	30.0	Hora	172,33	5.169,90
Serviço de divulgação dos eventos em sistema de som volante (Propaganda volante- carro e/ou moto, na sede e nos distritos do município.					
17	LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUIMICOS	21.0	Unidade	320,33	6.726,93
LOCAÇÃO de banheiro químico, confeccionado nem material de polietileno com ante UV, tamanho 1,20x1,15x2,30 de altura. Com peso aproximado de 73Kg					
18	SERVIÇO DE EQUIPE PARA SEGURANÇA	21.0	Dia	1.250,00	26.250,00
Equipe composta por 04 homens, especializada em realizar segurança total de eventos, exercer vigilância nas entidades rondando suas dependências e observando a entrada e saída de pessoas ou bens, para evitar roubos, atos de violência e outras infrações à ordem e à segurança.					

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de de 0 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

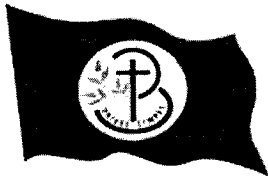
4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de execução dos serviços será de de 0 meses, contado da emissão da assinatura do contrato .

5.2. Caso não seja possível a execução dos serviços no prazo avençado, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

*João de*



## **6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

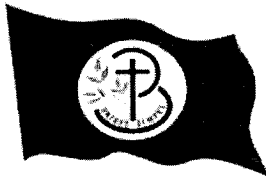
6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;



6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

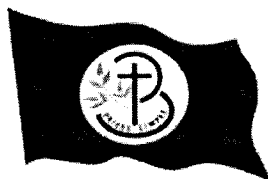
6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

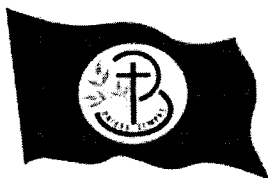
7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente,





verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

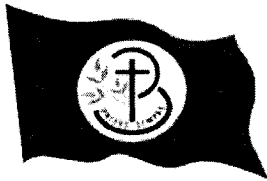
7.9. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou Instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:



- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

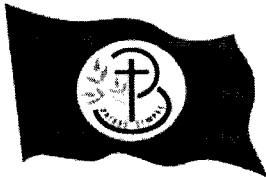
7.17. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.23. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

## **8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

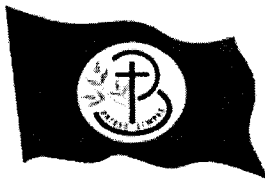
### **Habilitação Jurídica**

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

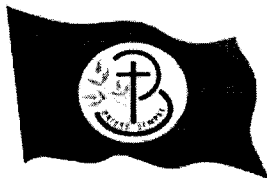
8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

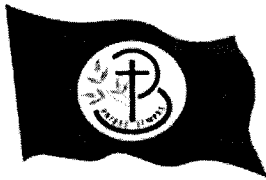


- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;
- 8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021). Na hipótese de o documento não conter expressamente o prazo de validade o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão.
- 8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) + (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);



II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, conforme dispõe o art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015.

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

### **Qualificação Técnica**

8.29. Comprovação de aptidão para execução dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



## 9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) 0401.20.691.0212.2.096 - Apoio as Atividades Culturais e Artísticas da Secretaria de Agricultura e Pecuária, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903101 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras; 0401.20.122.0037.2.013 - Manutenção das Atividades Gerais da Secretaria de Agricultura e Pecuária, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903101 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras; 0401.20.122.0037.2.013 - Manutenção das Atividades Gerais da Secretaria de Agricultura e Pecuária, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 0401.20.122.0037.2.013 - Manutenção das Atividades Gerais da Secretaria de Agricultura e Pecuária, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903023 - Material de Consumo 33903037 - Material de Consumo;

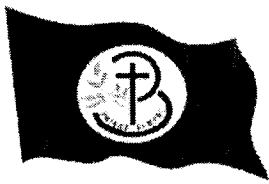
9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 10. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

10.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, inciso IX e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que, neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

PEDRA BRANCA(CE), 27 de maio de 2024

Reginaldo Souza da Cruz  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA  
Titular de origem da licitação



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2024

#### 1. Descrição da Necessidade da Contratação

A Secretaria de Agricultura e Pecuária da Prefeitura Municipal de Pedra Branca, no estado do Ceará, identifica a necessidade imperativa de contratar serviços especializados na execução de eventos, focando especificamente no Circuito de Vaquejada, que é uma das mais ricas expressões culturais e esportivas locais. Este evento emblemático não apenas celebra uma tradição histórica intrinsecamente ligada à identidade cultural da região mas também desempenha um papel crucial no estímulo à economia local, no fomento ao turismo e na promoção de lazer e integração comunitária. A realização do circuito, programada para ocorrer semestralmente a partir de julho até dezembro de 2024, tem o potencial de atrair aproximadamente 5.000 pessoas, incluindo competidores e espectadores, contribuindo significativamente para a dinâmica econômica local e regional.

Considerando tal panorama, a contratação de uma empresa ou conjunto de empresas que possuam expertise na prestação de serviços qualificados para a execução dessa modalidade de evento torna-se essencial para assegurar a infraestrutura necessária para seu sucesso. Isso inclui, mas não se limita a, estruturas de palco, sonorização de alta qualidade, sistemas de iluminação adequados, serviços de segurança especializados e serviços de alimentação variados, capazes de atender a uma ampla gama de preferências e restrições alimentares. É vital que todos estes serviços sejam realizados com o máximo padrão de qualidade, visando garantir a segurança, o bem-estar e a satisfação de todos os participantes, além de promover uma imagem positiva do evento e, por extensão, do município de Pedra Branca.

Dada a magnitude do evento e seu impacto esperado no município e região circunvizinha, faz-se mister que a contratação contemplada aborde de maneira abrangente todas as necessidades logísticas, técnicas e operacionais, garantindo que o Circuito de Vaquejada ocorra de forma ininterrupta e exitosa, maximizando os benefícios culturais, sociais e econômicos para Pedra Branca e para todos os envolvidos direta ou indiretamente no evento.

#### 2. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos	José Francisco Barbosa da Silva
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos	José Francisco Barbosa da Silva





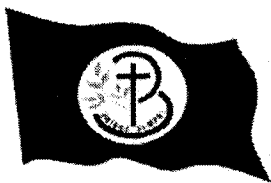
Área requisitante	Responsável
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos	José Francisco Barbosa da Silva

### 3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A definição dos requisitos da contratação é fundamental para assegurar que a solução escolhida atenda de forma eficaz e eficiente às necessidades do Circuito de Vaquejada no Município de Pedra Branca. Estes requisitos devem ser claros, objetivos e suficientes, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com a legislação aplicável, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho. É essencial que tais requisitos promovam a inovação e o desenvolvimento sustentável, em observância ao Art. 11 da Lei 14.133/2021, que menciona a importância de incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

- **Requisitos Gerais:** A empresa contratada deverá dispor de capacidade técnica e operacional para gerir e executar todos os aspectos do Circuito de Vaquejada, incluindo, mas não limitado a, estrutura de palco, sonorização, iluminação, segurança e serviços de alimentação, conforme as especificações técnicas mínimas previamente definidas.
- **Requisitos Legais:** A contratada deve cumprir toda a legislação vigente aplicável à execução de eventos de grande porte, incluindo normas de segurança, saúde e higiene, direitos autorais sobre as apresentações musicais, e todas as regulamentações municipais, estaduais e federais pertinentes.
- **Requisitos de Sustentabilidade:** De acordo com o inciso II do Art. 26 da Lei 14.133/2021, é imprescindível que a contratada implemente práticas sustentáveis, como o uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis na montagem da infraestrutura do evento, gestão de resíduos que promova a reciclagem e redução da geração de resíduos, e emprego de tecnologias de baixo consumo energético.
- **Requisitos da Contratação:** Será exigido da contratada:
  - a. Comprovação de experiência prévia na realização de eventos similares em porte e complexidade.
  - b. Apresentação de um plano detalhado de execução do evento, contemplando todas as fases, desde a montagem até a desmontagem da infraestrutura.
  - c. Disponibilidade para realização de reuniões periódicas de alinhamento com a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Município de Pedra Branca.
  - d. Garantia de um sistema de atendimento eficaz para solução de possíveis intercorrências durante o evento.
  - e. Proposta econômica que demonstre viabilidade financeira e compatibilidade com os valores praticados no mercado para serviços de natureza e complexidade equivalentes.

Os requisitos aqui estabelecidos visam garantir que a contratação para execução do Circuito de Vaquejada atenda plenamente às necessidades do município de Pedra Branca, promovendo uma experiência segura, de qualidade e sustentável para todos os participantes. Assim, é imperativo que a escolha da solução se baseie na análise criteriosa de propostas que cumpram com todos esses requisitos, garantindo o equilíbrio entre os aspectos técnico, econômico e ambiental, sem prever requisições supérfluas que possam limitar a competitividade do processo licitatório.



#### 4. Levantamento de mercado

O levantamento de mercado para a contratação de serviços especializados na execução de eventos para o Circuito de Vaquejada no Município de Pedra Branca, através da Secretaria de Agricultura e Pecuária, revela diversas soluções disponíveis para atender a esta demanda específica. As principais modalidades de contratação identificadas são:

- **Contratação Direta com o Fornecedor:** Esta solução envolve a contratação direta de empresas especializadas na organização e execução de eventos esportivos e culturais. Permite uma negociação direta com o prestador do serviço, o que pode ser vantajoso em termos de customização do serviço às necessidades específicas do evento.
- **Contratação através de Terceirização:** Esta modalidade envolve a seleção de uma empresa que será responsável pela subcontratação de todos os serviços necessários para a realização do evento. Este modelo pode simplificar o processo administrativo, centralizando os serviços sob uma só gestão.
- **Formas Alternativas de Contratação:** Incluem parcerias público-privadas (PPP), contratos de patrocínio e apoio cultural de empresas privadas, que podem trazer recursos adicionais e experiência em marketing para o evento.

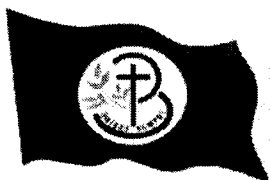
Após a análise das características e necessidades específicas da contratação para o circuito de vaquejada, considerando fatores como abrangência do evento, expectativa de público, especificações técnicas mínimas desejadas, e a busca por uma solução que assegure eficácia, eficiência e a melhor experiência ao público participante, a solução mais adequada parece ser a contratação direta com o fornecedor.

Essa modalidade permite uma escolha mais criteriosa do fornecedor, visando adequação específica aos requisitos técnicos e qualitativos estabelecidos pela Secretaria de Agricultura e Pecuária. A contratação direta possibilita uma negociação mais assertiva em termos de custos, prazos e qualidade, essencial para o sucesso de um evento com a magnitude e a representatividade da vaquejada em Pedra Branca. Essa abordagem favorece ainda a transparência e a conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, sobretudo no que se refere à seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública e ao tratamento isonômico entre os licitantes.

#### 5. Descrição da solução como um todo

Conforme previsto no Art. 18, §1º, inciso VII da Lei nº 14.133/2021, a descrição da solução como um todo compreende a delimitação clara do objeto a ser contratado, englobando todas as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica quando aplicável. A solução proposta para a contratação de serviços especializados na execução de eventos para o Circuito de Vaquejada em Pedra Branca engloba não apenas a realização do evento em si, que é de grande importância cultural e econômica para a localidade, mas também uma série de serviços complementares essenciais para o sucesso do evento.

Esta solução foi cuidadosamente escolhida como a mais adequada existente no mercado após análise detalhada das opções disponíveis, conforme exige o Art. 12, inciso VII da lei citada, que orienta a racionalização das contratações de órgãos e



entidades a partir do alinhamento com seus respectivos planejamentos estratégicos e orçamentários. Integrando serviços de estrutura de palco, sonorização, iluminação, segurança e alimentação - conforme especificado previamente nas necessidades do projeto - esta solução atende de maneira integral e precisa aos requisitos técnicos e expectativas do público alvo.

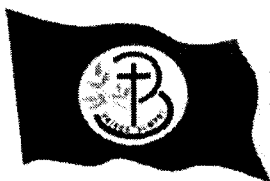
A escolha desta solução específica se baseia na garantia de atender as demandas de um evento com a estimativa de 5.000 participantes, incluindo competidores e espectadores, levando em conta não apenas a adequação técnica mas também aspectos de segurança, conforto e experiência do usuário, conforme orienta o inciso III do §1º do Art. 18, sobre a importância de considerar os resultados pretendidos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos.

Ademais, a pertinência deste objeto contratual com as diretrizes de desenvolvimento nacional sustentável, também ressaltada pela Lei nº 14.133/2021 em seu Art. 11, inciso IV, reafirma o compromisso da Administração Pública com a promoção de práticas que contribuem para o crescimento econômico da região de forma responsável e sustentável.

A integração desta variedade de serviços, selecionada com base em um levantamento de mercado rigoroso e em conformidade com os preceitos de planejamento, transparência e eficiência determinados pela Lei de Licitações atual, evidencia não apenas a legalidade, mas também a vantajosidade desta solução para atender aos objetivos do Circuito de Vaquejada, realçando seu papel na valorização cultural, no estímulo ao turismo e no fomento à economia local.

## 6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

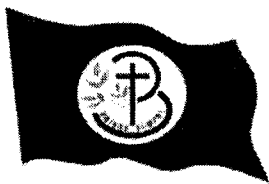
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	PREMIAÇÃO PARA 1º COLOCADO - CATEGORIA PROFISSIONAL	7,000	Unidade
Especificação: O prêmio para o 1º colocado na categoria profissional será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). O participante deve estar inscrito na categoria profissional do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.			
2	PREMIAÇÃO PARA O 1º COLOCADO - CATEGORIA INICIANTE	7,000	Unidade
Especificação: O prêmio para o 1º colocado na categoria iniciante será de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O participante deve estar inscrito na categoria profissional do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.			
3	PREMIAÇÃO PARA O CAMPEÃO GERAL DO CIRCUITO DE VAQUEJADA.	1,000	Unidade
Especificação: O prêmio para o campeão do circuito III circuito de vaquejada será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O participante deve estar inscrito na categoria profissional do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.			
4	PREMIAÇÃO EXTRA PARA OS VAQUEIROS CATEGORIA PROFISSIONAL	1,000	Unidade
Especificação: Premiação extra de R\$ 2.500,00 para os três (03) primeiros colocados com melhores pontuadores da categoria profissional. Resultado somatório na final dos circuitos.			
5	PREMIAÇÃO EXTRA PARA OS VAQUEIROS CATEGORIA INICIANTE	1,000	Unidade
Especificação: Premiação extra de R\$ 1.000,00 para os três (03) primeiros colocados com melhores pontuação da categoria iniciante. Resultado somatório na final dos circuitos.			
6	PREMIAÇÃO PARA 2º 3º 4º E 5º COLOCADOS- CATEGORIA PROFISSIONAL	7,000	Unidade



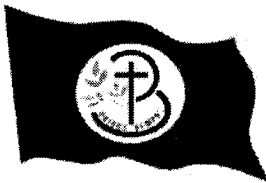
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
7	PREMIAÇÃO PARA 2º 3º COLOCADOS- CATEGORIA INICIANTE.	7,000	Unidade
Especificação: O prêmio para o 2º 3º 4º e 5º colocados na categoria profissional será de R\$ 800,00 (oitocentos reais). Os participantes deve estar inscritos na categoria profissional do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.			
8	TROFEUS PARA PREMIAÇÃO DO III CIRCUITO DE VAQUEJADA	60,000	Unidade
Especificação: O prêmio para o 2º e 3º colocados na categoria iniciante será de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Os participantes deve estar inscritos na categoria iniciante do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.			
9	TAÇA PARA PREMIAÇÃO DOS CAMPEÕES DO III CIRCUITO DE VAQUEJADA	2,000	Unidade
Especificação: Confeção de Troféus para premiação (Base em MDF com pintura preto brilho, etiqueta com os dados fornecidos no pedido em vinil padrão prata com impressão digital, coluna MDF com textura madeirado recortado à laser, metal inox recortado à laser, acrílico espelhado dourado recortado à laser, capacete ou kart em rpf com pintura ouro envelhecida, etiqueta em vinil com impressão digital. altura entre 25 a 30 centímetros, com 17 centímetros de largura.			
13	CONFECÇÃO DE BONÉ ABA CURVA ABERTA.	60,000	Unidade
Especificação: Confeção de boné tipo aba curva aberto de redinha trucker na cor preta com detalhes gráficos vinculado a vaquejada na cor branca.			
14	CONFECÇÃO DE CAMISAS PERSONALIZADAS	60,000	Unidade
Especificação: Confeção de Camisetas personalizadas: Confeccionada em tecido PP, tamanho C, GG e XGGg para a comissão organizadora do III Circuito Pedrabranquense de Vaquejada, na cor branca com detalhes em cor preta.			
15	CONFECÇÃO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS GOLA POLO	25,000	Unidade
Especificação: Confeção de Camisetas personalizadas gola Polo tamanho M, para as deslastes do III circuito Pedrabranquense de vaquejada, na cor preta com os detalhes na cor branca.			
16	SERVIÇO DE SOM VOLANTE	30,000	Hora
Especificação: Serviço de divulgação dos eventos em sistema de som volante (Propaganda volante- carro e/ou moto, na sede e nos distritos do município.			
17	LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUIMICOS	21,000	Unidade
Especificação: LOCAÇÃO de banheiro químico, confeccionado nem material de polietileno com ante UV, tamanho 1,20x1,15x2,30 de altura. Com peso aproximado de 73Kg			
18	SERVIÇO DE EQUIPE PARA SEGURANÇA	21,000	Dia
Especificação: Equipe composta por 04 homens, especializada em realizar segurança total de eventos, exercer vigilância nas entidades rondando suas dependências e observando a entrada e saída de pessoas ou bens, para evitar roubos, atos de violência e outras infrações à ordem e à segurança.			

## 7. Estimativa do valor da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	PREMIAÇÃO PARA 1º COLOCADO - CATEGORIA PROFISSIONAL	7,000	Unidade	2.175,00	15.225,00
Especificação: O prêmio para o 1º colocado na categoria profissional será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). O participante deve estar inscrito na categoria profissional do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.					
2	PREMIAÇÃO PARA O 1º COLOCADO - CATEGORIA INICIANTE	7,000	Unidade	1.475,00	10.325,00
Especificação: O prêmio para o 1º colocado na categoria iniciante será de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O participante deve estar inscrito na categoria profissional do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.					



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
3	PREMIAÇÃO PARA O CAMPEÃO GERAL DO CIRCUITO DE VAQUEJADA.	1,000	Unidade	14.583,33	14.583,33
Especificação: O prêmio para o campeão do circuito III circuito de vaquejada será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O participante deve estar inscrito na categoria profissional do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.					
4	PREMIAÇÃO EXTRA PARA OS VAQUEIROS CATEGORIA PROFISSIONAL	1,000	Unidade	2.604,00	2.604,00
Especificação: Premiação extra de R\$ 2.500,00 para os três (03) primeiros colocados com melhores pontuadores da categoria profissional. Resultado somatório na final dos circuitos.					
5	PREMIAÇÃO EXTRA PARA OS VAQUEIROS CATEGORIA INICIANTE	1,000	Unidade	1.350,00	1.350,00
Especificação: Premiação extra de R\$ 1.000,00 para os três (03) primeiros colocados com melhores pontuação da categoria iniciante. Resultado somatório na final dos circuitos.					
6	PREMIAÇÃO PARA 2º 3º 4º E 5º COLOCADOS- CATEGORIA PROFISSIONAL.	7,000	Unidade	1.186,67	8.306,69
Especificação: O prêmio para o 2º 3º 4º e 5º colocados na categoria profissional será de R\$ 800,00 (oitocentos reais). Os participantes deve estar inscritos na categoria profissional do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.					
7	PREMIAÇÃO PARA 2º 3º COLOCADOS- CATEGORIA INICIANTE.	7,000	Unidade	780,00	5.460,00
Especificação: O prêmio para o 2º e 3º colocados na categoria iniciante será de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Os participantes deve estar inscritos na categoria iniciante do evento, e deverá atender a todos os requisitos e regulamentos estabelecidos para a competição.					
8	TROFEUS PARA PREMIAÇÃO DO III CIRCUITO DE VAQUEJADA	60,000	Unidade	395,67	23.740,20
Especificação: Confeção de Troféus para premiação (Base em MDF com pintura preto brilho, etiqueta com os dados fornecidos no pedido em vinil padrão prata com impressão digital, coluna MDF com textura madeirado recortado à laser, metal inox recortado à laser, acrílico espelhado dourado recortado à laser, capacete ou kart em rpf com pintura ouro envelhecida, etiqueta em vinil com impressão digital. altura entre 25 a 30 centímetros, com 17 centímetros de largura.					
9	TAÇA PARA PREMIAÇÃO DOS CAMPEÕES DO III CIRCUITO DE VAQUEJADA	2,000	Unidade	808,33	1.616,66
Especificação: Confeção de Taças para a premiação do campeão (Reservado campeão da final do I circuito Pedrabranquense de vaquejada. Troféu em base de mármore com corpo em forma de taça na cor ouro, com altura de 30 centímetros.					
13	CONFECÇÃO DE BONÉ ABA CURVA ABERTA.	60,000	Unidade	23,62	1.417,20
Especificação: Confeção de boné tipo aba curva aberto de redinha trucker na cor preta com detalhes gráficos vinculado a vaquejada na cor branca.					
14	CONFECÇÃO DE CAMISAS PERSONALIZADAS	60,000	Unidade	44,67	2.680,20
Especificação: Confeção de Camisetas personalizadas: Confeccionada em tecido PP, tamanho G, GG e XGG para a comissão organizadora do III Circuito Pedrabranquense de Vaquejada, na cor branca com detalhes em cor preta.					
15	CONFECÇÃO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS GOLA POLO	25,000	Unidade	54,33	1.358,25
Especificação: Confeção de Camisetas personalizadas gola Polo tamanho M, para as desllastes do III circuito Pedrabranquense de vaquejada, na cor preta com os detalhes na cor branca.					
16	SERVIÇO DE SOM VOLANTE	30,000	Hora	172,33	5.169,90
Especificação: Serviço de divulgação dos eventos em sistema de som volante (Propaganda volante- carro e/ou moto, na sede e nos distritos do município.					
17	LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUIMICOS	21,000	Unidade	320,33	6.726,93
Especificação: LOCAÇÃO de banheiro químico, confeccionado nem material de polietileno com ante UV, tamanho 1,20x1,15x2,30 de altura. Com peso aproximado de 73Kg					
18	SERVIÇO DE EQUIPE PARA SEGURANÇA	21,000	Dia	1.250,00	26.250,00



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
------	-----------	-----	------	---------------	----------------

Especificação: Equipe composta por 04 homens, especializada em realizar segurança total de eventos, exercer vigilância nas entidades rondando suas dependências e observando a entrada e saída de pessoas ou bens, para evitar roubos, atos de violência e outras infrações à ordem e à segurança.

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 126.813,36 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e treze reais e trinta e seis centavos)

## 8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

O processo de decisão sobre o parcelamento do objeto para a contratação de serviços especializados na execução de eventos para o Circuito de Vaquejada, conforme orientado pela Lei nº 14.133/2021, foi embasado em um meticuloso estudo que considerou a divisibilidade do objeto, a viabilidade técnica e econômica, a economia de escala, a competitividade, o aproveitamento do mercado e a análise do mercado específico para serviços de eventos.

**Avaliação da Divisibilidade do Objeto:** Foi constatado que o objeto da licitação, no que se refere aos serviços especializados em execução de eventos, é tecnicamente divisível sem prejudicar sua funcionalidade ou os resultados pretendidos. Entretanto, a integração e a coordenação dos serviços são críticas para o sucesso do evento, sugerindo que um gerenciamento unitário pode apresentar melhores resultados.

**Viabilidade Técnica e Econômica:** A análise demonstrou que, embora a divisão do objeto em lotes específicos para sonorização, iluminação, estrutura de palco, segurança e serviços de alimentação seja plausível, essa abordagem poderia comprometer a uniformidade e a qualidade da execução do evento, além de aumentar a complexidade da gestão contratual para a Administração Pública.

**Economia de Escala:** Foi evidenciado que o não parcelamento favorece a economia de escala, pois a contratação integrada de todos os serviços com um único fornecedor resulta em custos operacionais menores, decorrentes da maior eficácia na gestão e execução dos serviços.

**Competitividade e Aproveitamento do Mercado:** Observou-se que o mercado de serviços para execução de eventos é amplamente competitivo e capaz de atender à demanda de forma integrada. A decisão pelo não parcelamento não limita a competitividade, uma vez que diversas empresas são plenamente capazes de fornecer o leque completo de serviços exigidos, promovendo assim um amplo aproveitamento do mercado.

**Decisão pelo Não Parcelamento:** Conclui-se que, para este caso específico, o não parcelamento do objeto é justificado pela busca de homogeneidade na prestação dos serviços, pela simplificação da gestão administrativa e técnica, e pela obtenção de melhores preços e condições, evitando-se prejuízos como a perda de economia de escala e impactos negativos nos resultados pretendidos.

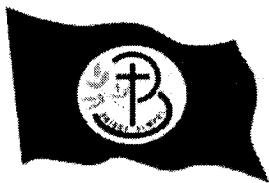
**Análise do Mercado:** A análise de mercado reforça a decisão pelo não parcelamento, evidenciando que empresas especializadas na execução de eventos criaram capacidades para ofertar, de maneira integrada, todos os serviços necessários para a realização de eventos complexos como o Circuito de Vaquejada.

*José Joaquim de Sousa*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



Estas considerações garantem que a decisão tomada encontra respaldo em análises técnicas detalhadas, dados concretos do mercado e está em conformidade com as normativas vigentes, maximizando a eficácia e a eficiência na contratação pública.

## 9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Este processo de contratação, referente à contratação de serviços especializados para execução de eventos para o Circuito de Vaquejada a ser realizado no Município de Pedra Branca, através da Secretaria de Agricultura e Pecuária, está em pleno alinhamento com o Plano de Contratações Anual da Prefeitura Municipal de Pedra Branca para o exercício financeiro de 2024. O mencionado Plano de Contratações Anual, conforme estabelecido e orientado pelas diretrizes da Lei nº 14.133/2021, no art. 18, VI e VII, prevê uma série de iniciativas e aquisições estratégicas voltadas para a promoção da cultura, do turismo e do entretenimento local, além de impulsionar a economia local mediante a valorização das tradições e práticas esportivas como a vaquejada.

O alinhamento deste processo com o Planejamento Estratégico da Administração tem como fundamento a busca por soluções que atendam às expectativas de bem-estar e desenvolvimento da comunidade, além de estarem ancoradas nos princípios de economicidade, eficiência e desenvolvimento sustentável previstos pela legislação em vigor. A inserção deste projeto no Plano de Contratações Anual evidencia o compromisso da gestão municipal com a transparência, o planejamento estratégico e a governança, garantindo que cada contratação contribua efetivamente para os objetivos de longo prazo estabelecidos pela Prefeitura de Pedra Branca.

Por fim, ressalta-se que a realização do Circuito de Vaquejada, planejado para ocorrer de julho a dezembro de 2024, além de promover a cultura e o esporte, visa fortalecer laços comunitários e fomentar o turismo regional, estando, portanto, este processo de contratação integralmente alinhado aos propósitos do Planejamento Anual e às políticas de desenvolvimento sustentável e de incentivo à cultura local.

## 10. Resultados pretendidos

A contratação de serviços especializados para a execução de eventos, especificamente para o Circuito de Vaquejada no Município de Pedra Branca, almeja alcançar resultados que ultrapassem a mera execução de um evento cultural e esportivo. Com sustentação na Lei nº 14.133/2021, busca-se assegurar a consecução de objetivos estratégicos alinhados aos princípios de eficiência, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável e promoção da cultura local, conforme estabelece o artigo 5º da referida lei. A seguir, detalham-se os resultados esperados deste projeto:

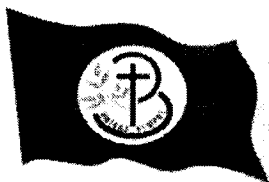
- Promoção e valorização da cultura local e da prática esportiva: A execução de um evento de vaquejada de alto padrão proporciona a valorização das tradições locais, promovendo a cultura e a prática esportiva tradicional, em conformidade com os objetivos de incentivo ao desenvolvimento nacional sustentável mencionados no art. 3º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.
- Incremento do turismo e desenvolvimento econômico: Com a expectativa de atrair um público significativo, o evento propõe a dinamização da economia local com o aumento da demanda por hospedagem, alimentação e outros serviços,

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*



contribuindo assim para o desenvolvimento econômico sustentável da região, em alinhamento ao princípio da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa para a administração pública, conforme preconizado pelo art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

- **Garantia da segurança e conforto para participantes e espectadores:** A atenção especial aos requisitos técnicos para a estrutura do evento visa garantir a segurança e o conforto dos participantes e espectadores, em consonância com os princípios de eficiência e economicidade, garantindo a melhor utilização dos recursos públicos no que tange à execução contratual, como indicado no art. 12 da Lei nº 14.133/2021.
- **Fomento à competitividade e à inovação no setor de eventos:** Ao promover uma licitação para a contratação dos serviços, a administração pública incentiva a competitividade e a inovação entre as empresas do setor, alinhado ao inciso IV do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que busca incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- **Transparência e ampla participação:** A condução do processo licitatório e a execução do contrato de forma transparente e aberta à fiscalização dos órgãos de controle e da sociedade cumprem os princípios de publicidade e transparência, assegurando a integridade do processo e a efetiva aplicação dos recursos públicos, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

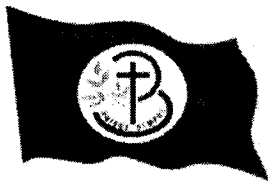
Em síntese, os resultados almejados com a realização do Circuito de Vaquejada em Pedra Branca abrangem não somente a execução de um evento de grande porte, mas também visam promover um impacto positivo duradouro na economia local, na cultura e na sociedade, com estrita observância aos princípios e objetivos fundamentais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

## II. Providências a serem adotadas

Para assegurar a realização eficaz do Circuito de Vaquejada no Município de Pedra Branca, diversas providências prévias à celebração do contrato serão necessárias. A seguir, detalham-se as providências essenciais para o embasamento e sucesso da contratação:

- **Capacitação de Equipe:** Promover treinamentos específicos para a equipe técnica da Secretaria de Agricultura e Pecuária, focados em gestão de contratos, fiscalização de eventos, e normas de segurança e saúde aplicáveis a eventos de grande porte. Esta capacitação visa assegurar a correta administração e fiscalização do contrato, culminando na execução adequada do evento.
- **Avaliação e Mitigação de Riscos:** Realizar um estudo para identificar potenciais riscos associados à execução do evento, incluindo aspectos como segurança do público, integridade física dos participantes da competição, questões ambientais e logísticas. Com base nesse estudo, desenvolver um plano de mitigação com medidas preventivas e corretivas.
- **Obtenção de Aprovações e Licenças:** Providenciar todas as licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos competentes para a realização de eventos públicos. Isso inclui licenças ambientais, aprovação do corpo de bombeiros quanto às medidas de segurança contra incêndio e pânico, e autorizações da vigilância sanitária para venda de alimentos e bebidas no local do evento.
- **Estruturação da Logística:** Elaborar um plano logístico detalhado que contemple desde o trânsito e estacionamento de veículos até a gestão de resíduos





produzidos durante o evento. Isso garantirá a fluidez do acesso ao local e a manutenção da limpeza e ordem, minimizando impactos à comunidade local e ao meio ambiente.

- **Comunicação e Marketing:** Desenvolver uma estratégia de comunicação para promoção do evento, visando maximizar a participação do público e envolver a comunidade. Isso inclui a divulgação em mídias sociais, imprensa local e regional, além de sinalização adequada no local do evento.
- **Alinhamento com Fornecedores:** Antes da formalização dos contratos, realizar reuniões de alinhamento com os fornecedores classificados, para garantir a plena compreensão das exigências, especificações técnicas, cronogramas e padrões de qualidade demandados pela administração pública.
- **Estabelecimento de Parcerias:** Identificar e estabelecer parcerias com entidades privadas e outros órgãos públicos, visando obter apoio e recursos adicionais para a execução e divulgação do evento, além de promover o desenvolvimento local sustentável.
- **Plano de Emergências Médicas:** Desenvolver e implementar um plano de ação para emergências médicas durante o evento, incluindo a disponibilidade de ambulâncias, equipe de primeiros socorros e pontos de atendimento médico emergencial.

Cada uma dessas providências deve ser meticulosamente planejada e executada, garantindo assim não apenas a viabilidade e o sucesso do evento, mas também a segurança e bem-estar de todos os envolvidos.

## 12. Justificativa para adoção do registro de preços

Conforme disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especificamente nos artigos relacionados ao sistema de registro de preços – principalmente os artigos 82 a 86 – este sistema é desenhado para proporcionar à Administração Pública maior flexibilidade e eficiência na contratação de bens e serviços de uso frequente, permitindo a formação de uma relação de preços referência para contratações futuras sem a necessidade de nova licitação para cada aquisição ou serviço requerido.

No entanto, após uma avaliação cuidadosa das necessidades específicas para a contratação de serviços especializados na execução de eventos para o Circuito de Vaquejada a ser realizado no Município de Pedra Branca, determinou-se que o sistema de registro de preços não seria o método mais adequado para esta contratação em particular. Esta decisão fundamenta-se nos seguintes aspectos legais e práticos, respaldados pela Lei nº 14.133:

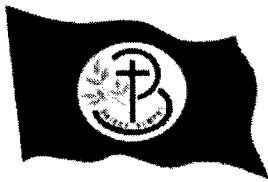
- **Características Únicas do Objeto:** O serviço a ser contratado possui características únicas e específicas (Art. 18, § 1º, incisos I e II), não sendo um bem ou serviço de uso frequente que justificaria a adoção de um sistema de registro de preços.
- **Demanda Pontual:** A demanda por esses serviços é pontual, concentrando-se em um período específico do ano, o que não se alinha com a natureza contínua ou recorrente que o sistema de registro de preços melhor atende (Art. 85).
- **Ausência de Economia de Escala:** A adoção do registro de preços é mais vantajosa em situações onde a economia de escala pode ser alcançada através de aquisições frequentes (Art. 86). A natureza única e não recorrente do evento em questão não se alinha com esta prerrogativa.
- **Especificidade e Qualidade:** Dada a importância cultural e social do evento de

*Joaquim de Sousa*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



vaquejada para o Município de Pedra Branca, a seleção de um fornecedor não se baseia apenas em critérios de menor preço, mas também em critérios de qualidade e capacidade técnica para atender às especificidades do evento (Art. 11, I e II), aspectos que uma contratação através de sistema de registro de preços pode não garantir de maneira efetiva.

Por essas razões, e em alinhamento com os princípios de legalidade, eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público prescritos pela Lei nº 14.133, concluiu-se pela não adoção do sistema de registro de preços para a contratação de serviços especializados na execução de eventos para o Circuito de Vaquejada no Município de Pedra Branca. Assim, garantimos a adequação do processo à natureza específica e às exigências particulares desta contratação, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e para a sociedade local.

### 13. Da vedação da participação de empresas na forma de consórcio

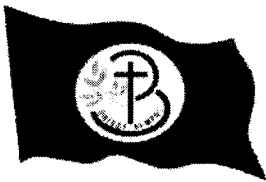
Conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 15, a participação de licitantes na forma de consórcio é regulamentada por regras específicas, que determinam as condições sob as quais essa modalidade de participação é permitida. No caso da contratação de serviços especializados na execução de eventos para o Circuito de Vaquejada a ser realizado no município de Pedra Branca, analisou-se a natureza e a complexidade do objeto contratual, bem como o mercado fornecedor desses serviços, para fundamentar a decisão pela vedação da participação de empresas na forma de consórcio.

A decisão por não permitir a formação de consórcios para participação nesta licitação é baseada em várias considerações, alinhadas aos princípios orientadores do processo licitatório previstos na Lei nº 14.133/2021, sobretudo os princípios da competitividade, da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência na contratação. O artigo 15, §§ 1º e 5º, da Lei estabelece que, ainda que permitida a participação de consórcios, certas condições e limites devem ser observados, tais como aumento percentual para qualificação econômico-financeira do consórcio e responsabilidade solidária dos consorciados.

Considerando a natureza específica dos serviços de organização de eventos – que envolve desde a estrutura física até serviços mais especializados como sonorização e segurança –, identificou-se que a segmentação do mercado fornecedor desses serviços pode facilitar a gestão contratual e garantir a melhor execução possível dos serviços. A formação de consórcios, embora possa ser vista como uma maneira de se combinar competências complementares, nesse caso específico poderia resultar em uma complicação desnecessária para a gestão do contrato, redução da eficácia na responsabilização dos fornecedores e possíveis impactos na qualidade final do serviço fornecido.

Ponderou-se ainda que, para serviços dessa natureza, a existência de múltiplos pontos de responsabilidade (como seria o caso em consórcios) poderia acarretar dificuldades operacionais e diluição da responsabilidade entre os consorciados, o que contrariaria os objetivos previstos no art. 11, II, da Lei nº 14.133/2021, de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa.

Ademais, a vedação da participação de empresas na forma de consórcio tem como finalidade salvaguardar os interesses da Administração, garantindo maior controle e



eficiência sobre a execução dos serviços contratados, bem como alinhar-se às melhores práticas de mercado para eventos de natureza e porte similares.

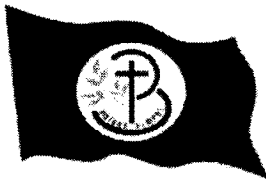
Diante do exposto, e com base na análise detalhada do objeto a ser contratado e dos princípios norteadores do processo licitatório contidos na Lei nº 14.133/2021, conclui-se pela vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio para a contratação dos serviços especializados na execução de eventos para o Circuito de Vaquejada no Município de Pedra Branca, visando a maximização da eficiência, da eficácia, e da qualidade na realização do evento.

#### 14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

A realização do Circuito de Vaquejada no Município de Pedra Branca, conforme planejado pela Secretaria de Agricultura e Pecuária, demanda uma análise criteriosa acerca dos impactos ambientais que tal evento pode acarretar, em observância aos princípios da Lei 14.133/2021, sobretudo no que tange ao desenvolvimento nacional sustentável e à eficácia na administração pública. Dessa forma, identificamos os seguintes possíveis impactos ambientais e propomos medidas mitigadoras compatíveis com os objetivos sustentáveis e eficientes previstos na legislação em questão:

- **Impacto na Flora Local:** A instalação das estruturas necessárias para o evento, como palcos, áreas de alimentação e áreas de espera, pode afetar a cobertura vegetal nativa. Para mitigar esse impacto, recomenda-se realizar um levantamento da vegetação presente na área do evento, privilegiando a instalação de estruturas em áreas já anteriormente alteradas ou degradadas e, onde possível, implementar o replantio com espécies nativas após o término do evento.
- **Gerenciamento de Resíduos:** O grande número de participantes esperado implica a geração significativa de resíduos sólidos. Assim, é imperativo a implementação de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, que inclua a disponibilização de pontos de coleta seletiva, parcerias com empresas de reciclagem e ações de sensibilização dos participantes sobre a importância da correta disposição dos resíduos, alinhando tais ações à política de desenvolvimento nacional sustentável.
- **Contaminação do Solo e da Água:** O evento poderá contribuir para a contaminação do solo e corpos d'água por meio do descarte inadequado de resíduos e efluentes. Para prevenir tal impacto, é recomendado o estabelecimento de sistemas eficazes de saneamento básico temporários, garantindo o tratamento adequado de todos os efluentes e resíduos gerados, além de estipular áreas restritas para o descarte e armazenamento temporário de resíduos.
- **Emissões atmosféricas:** O tráfego de veículos e a utilização de geradores ou qualquer equipamento movido a combustíveis fósseis podem resultar em emissões atmosféricas nocivas. Encoraja-se, portanto, o uso de geradores elétricos alimentados por fontes renováveis, além da promoção de transporte coletivo ou compartilhado entre os participantes, reduzindo a pegada de carbono do evento.
- **Poluição Sonora:** É previsível um aumento nos níveis de ruído decorrente das atividades do evento, o que pode afetar a fauna local e a qualidade de vida das comunidades vizinhas. Para mitigar esse impacto sugere-se a limitação do horário das atividades mais ruidosas, respeitando a legislação vigente sobre o controle de poluição sonora e realizando o devido monitoramento dos níveis de

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*



ruído.

Adotando estas medidas mitigadoras, busca-se não apenas a conformidade com a Lei 14.133/2021, valorizando os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, mas também assegurar a realização de um evento que promova positivamente o desenvolvimento cultural, social e econômico, com o mínimo impacto negativo ao meio ambiente.

## 15. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Após uma análise detalhada acerca da necessidade de contratação de serviços especializados para a execução de eventos do circuito de vaquejada no município de Pedra Branca, considerando as informações coletadas e seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei 14.133/2021, conclui-se pela viabilidade e razoabilidade da contratação proposta.

Conforme as diretrizes impostas no Art. 5º da Lei 14.133/2021, que estabelece os princípios basilares para a contratação pública, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, entre outros, pode-se afirmar que a presente contratação foi meticulosamente planejada para assegurar o atendimento a esses princípios. O Estudo Técnico Preliminar, diligenciado conforme determina o Art. 18 da mesma Lei, destaca a necessidade clara da contratação, apresentando um planejamento sólido, com requisitos adequadamente definidos e alinhamento estratégico com os objetivos da Administração Pública.

A análise de viabilidade incluiu uma investigação do mercado fornecedor (Art. 23 e Art. 24 da Lei 14.133/2021), garantindo que a estimativa de custos esteja em conformidade com os valores praticados no mercado, assegurando, portanto, a economicidade da contratação. Os serviços especializados a serem contratados estão alinhados não somente com as expectativas de propiciar cultura e entretenimento à comunidade local e visitantes, como também com o impulso econômico gerado pelo evento, observando-se a relevância do evento para a região.

Quanto à proposta de não adotar o sistema de registro de preços para esta contratação, esta decisão está fundamentada na peculiaridade e especificidade do objeto contratual, o que está de acordo com a razoabilidade e a eficiência administrativa previstas pela Lei. O Art. 82 da Lei 14.133/2021 orienta sobre o sistema de registro de preços e sua aplicabilidade conforme o contexto da contratação, e neste caso, a decisão por não utilizá-lo é justificável diante da singularidade do evento a ser realizado, promovendo melhor adequação e qualidade do serviço contratado.

Ademais, medidas mitigadoras de possíveis impactos ambientais serão adotadas (Art. 18, §1º, XII), em alinhamento ao compromisso com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social, premissas estas que estão em conformidade com os objetivos da Lei 14.133/2021.

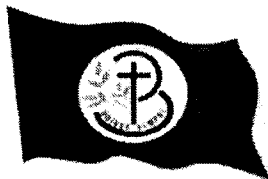
Portanto, diante dos aspectos apresentados e fundamentados na legislação pertinente, conclui-se pela viabilidade e razoabilidade da contratação dos serviços especializados para a execução do circuito de vaquejada no município de Pedra Branca. Tal contratação se apresenta não apenas como legal e técnica viável, mas estrategicamente alinhada às diretrizes de políticas públicas e ao interesse público,

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*



garantindo a legalidade e proporcionalidade exigidas para contratações públicas.

Pedra Branca / CE, 17 de maio de 2024

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

*Lucas Nascimento Silva*

Lucas Nascimento Silva

MEMBRO

*Bruna Vitoriano Sindeaux*

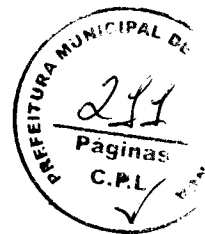
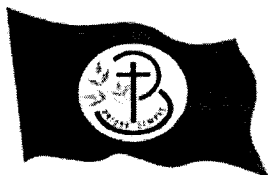
BRUNA VITORIANO SINDEAUX

MEMBRO

*Tiago Magalhães do Nascimento*

TIAGO MAGALHÃES DO NASCIMENTO

PRESIDENTE



**ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO  
PREGÃO ELETRÔNICA Nº XXXX/XXXX  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2024**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,  
QUE FAZEM ENTRE SI O(A) E .....

O(A) , com sede no(a) , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o , neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) REGINALDO SOUSA DA CRUZ, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no ....., sediado(a) na ....., doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 030/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA EXECUÇÃO DE EVENTOS PARA O CIRCUITO DE VAQUEJADA A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

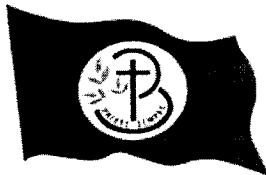
1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de .de 0 meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a



Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

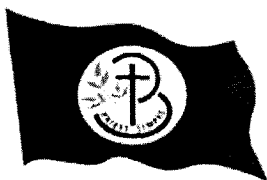
### **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de .....  
(.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;





8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

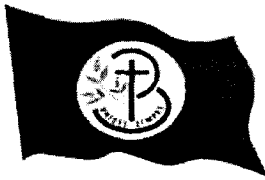
9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

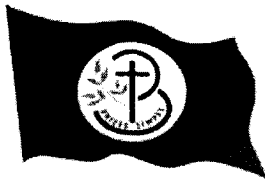
9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

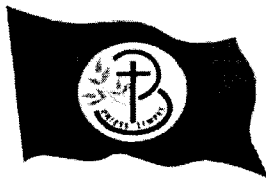
9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

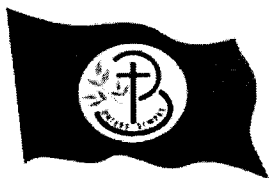
## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

1) Moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 (TRINTA) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 10 % a 30.% do valor do Contrato.

4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 20.% a 30% do valor do Contrato.

6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

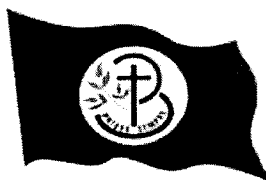
7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 8% a 25% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

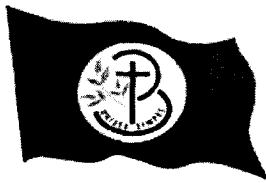
12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2.. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

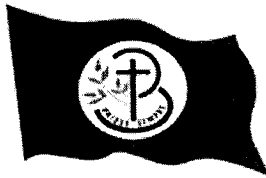
13.5.3.. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria de Agricultura e Pecuária, na dotação:



14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedra Branca para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

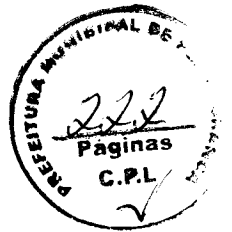
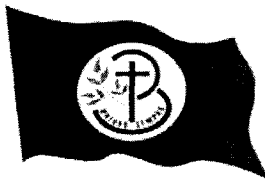
PEDRA BRANCA/CE,

**CNPJ Nº**

Prefeitura Municipal de Pedra Branca

CNPJ n.º 07.726.540/0001-04 - Fone: (88) 3512-2437 - Sítio eletrônico: [www.pedrabranca.ce.gov.br](http://www.pedrabranca.ce.gov.br)  
R. José Joaquim de Sousa, S/N, Centro, Pedra Branca-CE, CEP 63.630-000





**REGINALDO SOUSA DA CRUZ**  
Responsável legal da CONTRATANTE

**CONTRATADA**  
Responsável legal da CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_